

A ÍNDIA E O CONTEXTO ENERGÉTICO INTERNACIONAL

Maria Lígia Noronha*

I

A Índia é o quinto maior consumidor de energia no mundo, mas o seu consumo *per capita* (520 toneladas equivalente de petróleo/TEP) é menos de um terço da média mundial. Largos segmentos da sua população ainda não são servidos por electricidade e o acesso à energia tornou-se crucial para o seu desenvolvimento humano e económico. O país encontra-se actualmente numa encruzilhada energética, no vórtice de três fortes poderes: económico, geopolítico e ambiental. O aumento da procura energética na Ásia em desenvolvimento está a ser induzido pelo crescimento económico na Índia e na China. Projectam-se para estes países elevadas taxas de crescimento económico. A Goldman Sachs fala em cinco e seis por cento; a Comissão do Planeamento da Índia fala de oito a dez; o Governo chinês fala também de nove a dez. À medida que estes países descobrem que as fontes domésticas são insuficientes para satisfazer as suas necessidades energéticas, estão a ficar cada vez mais dependentes da importação de energia, o que leva a que tenham de se envolver muito mais no contexto energético internacional e nas esferas geopolíticas associadas. Enquanto tentam assegurar a energia que precisam para sair da actual situação de subdesenvolvimento através de estratégias externas, ouve-se cada vez mais o refrão da «fome de recursos» da Índia e da China e a preocupação expressa de que isto está a contribuir para a escassez e para o aumento dos preços dos produtos. Esta preocupação é também expressa relativamente ao potencial para o conflito que estes novos «pretendentes» poderão criar como resultado das estratégias que seguem, dos amigos que fazem, sendo usado o argumento de que estas alianças minam os esforços do Ocidente para melhorar os direitos humanos e o respeito pelos princípios democráticos de alguns destes países ricos em petróleo. A outra questão internacional com que a Índia se defronta é a mudança do clima e as respectivas ligações com energia e alternativas energéticas. Por um lado, a Índia tem um consumo de energia *per capita* muito baixo, que precisa de aumentar para satisfazer as suas necessidades de desenvolvimento; por outro, a sua principal fonte de ener-

gia é o carvão, que é o maior emissor de carbono. Apesar de a sua contribuição actual para o total das emissões mundiais ser muito baixa (menos de cinco por cento), dado o tamanho da sua população e as suas necessidades actuais e futuras de energia, a comunidade internacional já começou a debater a necessidade de a Índia aceitar tectos para as suas emissões de carbono. Dado que tem emitido pouco, e tendo em conta que o crescimento energético é um elemento-chave para o seu desenvolvimento, a Índia tem vindo a argumentar que não pode sacrificar as suas necessidades de desenvolvimento em prol de um problema ambiental que foi, em grande medida, criado pelos países industriais mais desenvolvidos. O principal argumento utilizado pela Índia é o de que estará disposta a abordar o problema, desde que as opções sejam garantidamente vantajosas, ou produzam co-benefícios. Se bem que actualmente a Índia não tenha quaisquer compromissos para a redução mundial das emissões de carbono, isto deverá mudar nos próximos anos. O espaço de manobra da Índia irá assim ser cada vez mais enquadrado por estes desenvolvimentos. Este artigo examina as percepções e estratégias de risco da Índia, à luz destes desenvolvimentos nas frentes económica, geopolítica e ambiental.

O CONTEXTO ENERGÉTICO

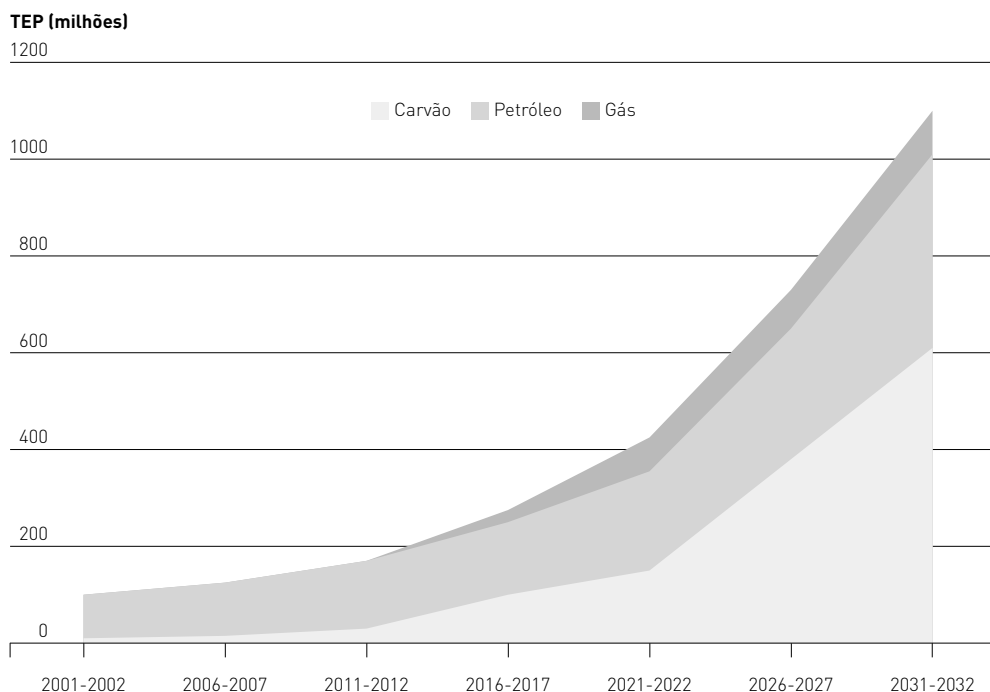
O carvão satisfaz actualmente mais de 55 por cento do total das exigências comerciais energéticas da Índia, sendo que a disponibilidade doméstica tem um papel determinante nesta elevada utilização. Apesar de em princípio possuir grandes reservas de carvão, a maior parte destas não são extraíveis através da tecnologia actual. Estima-se que apenas cerca de 20 por cento das reservas de carvão possam de facto ser extraídas, o que sugere uma grande dependência da importação de carvão no futuro. O alto teor de cinzas, o baixo valor calorífico e uma inadequada capacidade de transporte são problemas que estão a fazer aumentar o número de centrais eléctricas indianas que optam por utilizar carvão importado. O petróleo fornece cerca de 31 por cento do mix energético comercial, ao passo que o gás natural contribui com cerca de oito por cento para o mix energético, mas deverá crescer em importância no mix energético indiano, dado as recentes descobertas de gás; a energia hidráulica fornece cerca de cinco por cento; e o nuclear apenas um por cento, mas irá aumentar devido à sua imagem de fonte energética «limpa». As energias renováveis contribuem com 4,5 por cento da capacidade total instalada para a energia eléctrica, da qual a energia eólica representa cerca de 2,25 por cento. Dado o desejado crescimento anual de oito por cento, a Comissão do Planeamento da Índia projectou em 2006 que as necessidades energéticas deverão subir a um ritmo anual de 5,9 por cento e que os investimentos em energia e em infra-estruturas relacionadas teriam de ser cinco por cento do PIB em 2003. Estima que as necessidades energéticas da Índia em 2030 vão aumentar relativamente a 2002 do seguinte modo:

- Carvão – duas vezes (de 300 milhões de TEP)
- Gás – quatro vezes (de 29 milhões de TEP)

- Petróleo – 2,3 vezes (de 148 milhões de TEP)
- Hidráulica – 3,6 vezes (de 13 milhões de TEP)
- Nuclear – 5,8 vezes (de 24 milhões de TEP)

Dados os limitados recursos domésticos, projecta-se que a dependência da importação suba de 35 por cento em 2001 para 78 por cento em 2031 (cf. figura abaixo, baseada em algumas das projecções feitas pelo TERI em 2006).

Figura 1 > Importações de energia



ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS

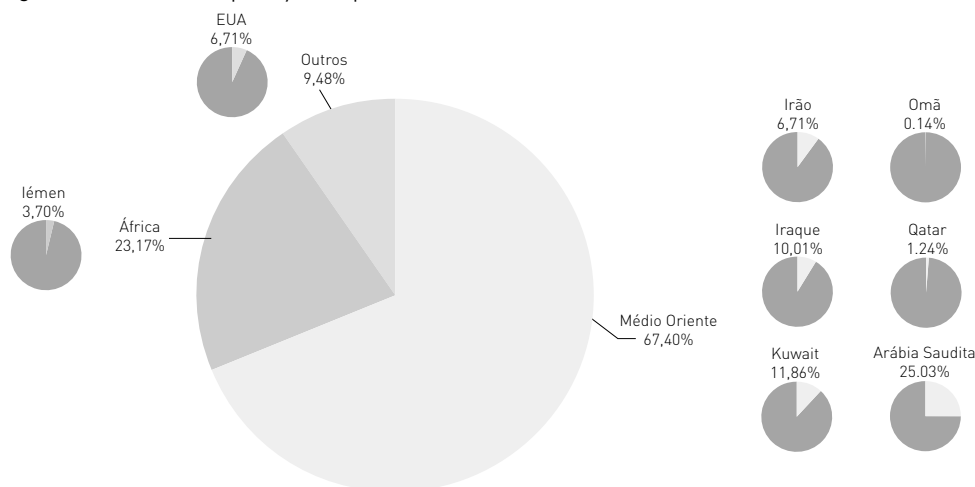
Este maior envolvimento com o mundo exterior conduziu o país à adopção de uma nova diplomacia energética que vai desde o acesso aos recursos e à tecnologia até à modernização das prospecções de petróleo e gás domésticos, ao investimento em recursos de *equity energy* no estrangeiro, ao entrecruzar de investimentos em países produtores e consumidores de energia, a aumentar a ponderação sobre as condutas de gás transnacionais e contratos GNL (Gás Natural Liquefeito) de longa duração. Depois de anos a seguir isoladamente uma política estatal centralizadora que tinha as companhias energéticas nacionais como únicos fornecedores de energia, esta situação tem vindo a mudar desde os anos 80 no sector petrolífero, apesar de o carvão

continuar a ser controlado pelo Estado. As companhias nacionais de petróleo foram actores-chave na prospecção doméstica de petróleo até ao início dos anos 80, mas desde então as áreas de hidrocarbonetos foram abertas à participação do sector privado. A Nova Política de Licenciamento de Exploração (NPLE) foi introduzida em 1997-1998 com o duplo objectivo de aumentar a produção doméstica, atraindo capital privado e tecnologia estrangeira, e cartografar extensivamente as bacias sedimentares. Os novos concorrentes na prospecção de petróleo e gás na Índia têm-se mostrado bastante confiantes no que diz respeito às perspectivas de se fazerem boas descobertas na Índia. As quatro primeiras rondas da NPLE entre 1999-2004 conduziram à assinatura de contratos de produção partilhada para 90 blocos. Isto contrasta com apenas 28 adjudicações feitas durante os onze anos de rondas pré-NPLE. Não obstante, a Índia continuará a depender do mercado internacional de petróleo e gás para satisfazer as suas necessidades. A situação também está a mudar no que diz respeito ao carvão: de uma procedência sobretudo doméstica para a necessidade crescente de carvão importado.

IMPORTAÇÕES DE PETRÓLEO

De acordo com dados de 2005, o petróleo que a Índia importa vem sobretudo da Ásia Ocidental (68 por cento), seguido por 23 por cento da África; quatro por cento vêm do Sudeste Asiático e 4,5 por cento da América Central (ver Figura 2). Também a procura de provisões de gás estabelece de novo a ligação da Índia ao Golfo – Irão, Omã e Qatar – complementando-se com gás originário da Birmânia. Esta forte concentração de fontes de importação de petróleo numa região que atravessa um período de instabilidade e violência deixa a Índia vulnerável a factores geopolíticos que estão muito para além do seu controlo.

Figura 2 > Fontes de importação de petróleo da Índia



Como o mix energético da Índia reflecte um maior envolvimento com a importação de carvão, petróleo e gás, a Índia terá de lidar cada vez mais com os desafios geopolíticos que rodeiam o desenvolvimento, produção e distribuição destes recursos. As actuais percepções de risco na Índia, filtradas através da lente da sua dependência de hidrocarbonetos, estão fundamentalmente ligadas aos seguintes factores domésticos e externos: os seus próprios imperativos de energia e crescimento; os elevados preços do petróleo; o crescente nacionalismo relativamente aos recursos, a dependência da Ásia Ocidental, os emergentes laços energéticos e as implicações que estes criam; os riscos relacionados com as infra-estruturas, não só a complexidade resultante das redes de transmissão e a natureza dos sistemas integrados, mas também as rotas de transporte e as ameaças a estas rotas. Estes aspectos serão focados de seguida.

ELEVADOS PREÇOS DO PETRÓLEO

Os primeiros anos do novo milénio testemunharam um acentuado aumento dos preços do petróleo: de 18 dólares/barril em Novembro de 2001 para 70 dólares/barril no fim de Agosto de 2005 e rondando cerca de 75 dólares/barril em Agosto de 2006. Deu-se uma baixa em 2007, mas permanece ainda nos 60 dólares. Este aumento dos preços, se bem que inicialmente alimentado pelo incremento da procura a nível global originado pelo forte crescimento económico de países como os Estados Unidos, a China e a Índia e por apertadas condições de abastecimento, tem sido subsequentemente exacerbado pelo prémio da «preocupação ou medo». Este prémio tem sido relacionado com a situação política instável em importantes países fornecedores. A expectativa geral é de que os preços permanecerão altos pelo menos durante os próximos três anos. O actual movimento dos preços do petróleo a ser conduzido por impulsos de curto prazo vai depender muito do imbróglio nuclear e da tensão internacional relativamente aos desenvolvimentos nucleares no Irão, à instabilidade no Iraque e à situação um tanto ou quanto volátil na Nigéria. O fluxo continuado de investimentos no mercado do petróleo no futuro irá também afectar os movimentos do preço do crude. Descargas de reservas estratégicas e pequenos aumentos de produção nos países produtores podem originar pequenas baixas de preços, mas a incerteza política poderá continuar a empurrar os preços para além do que os factores da oferta e da procura ditariam. A situação dos preços para além deste período é pouco clara.

Por um lado, há argumentos de que o mundo está a testemunhar o «fim da era» do petróleo, enquanto por outro lado se tem a ideia de que uma grande parte do problema passa pela falta de investimento na capacidade de produção. O que é claro é que as determinações sobre segurança petrolífera são dominadas pelo que acontece hoje e, consequentemente, por considerações de curto prazo. A Índia enfrentou com sucesso esta subida dos preços, apesar de importar uma grande quantidade do petróleo que utiliza, graças às suas grandes reservas de divisas internacionais, que estão em crescimento.

CRESCENTE NACIONALISMO DOS RECURSOS

Um factor importante para a política de segurança energética é a concentração da maior parte dos recursos de petróleo e de gás na Ásia Ocidental e em seguida na Rússia e no Norte de África. Mais de 69 por cento das reservas de petróleo comprovadas a nível global estão localizadas na Ásia Ocidental e na região do Norte de África, sobretudo na região do Golfo. Os seis países do CCG (Conselho de Cooperação do Golfo) representam no seu conjunto 42 por cento dos recursos globais. É de esperar que a dependência relativamente ao petróleo da Ásia Ocidental cresça consideravelmente. Isto torna-se ainda mais provável dado o declínio da produção da OCDE (mar do Norte, Canadá e Alasca) em 2005. Contudo, a questão do acesso a países com recursos petrolíferos está atolada na esfera geopolítica. Por um lado, a procura global de petróleo está a aumentar, por outro, a não ser que sejam descobertas fontes alternativas de petróleo, a dependência global no petróleo da OPEP irá crescer consideravelmente, de tal forma que este grupo de exportadores teria de quase triplicar a sua produção relativamente aos 19 mbd (milhões de barris por dia) em 2002. É este equilíbrio alterado entre a oferta e a procura, juntamente com a percepção da situação política cada vez mais problemática na Ásia Ocidental, que cria um sentido de urgência quanto ao acesso às provisões de petróleo, quer seja através de contratos de fornecimento, quer do *equity oil*. A outra preocupação é saber se existe petróleo suficiente no mundo para satisfazer as necessidades mundiais, ou se o petróleo já está a acabar. A nossa visão é que ainda há petróleo na Ásia Ocidental e muito potencial em vários outros países e regiões do mundo, que estão ainda por explorar. Por exemplo, a mudança climática na região do Ártico vai em breve tornar a região acessível à exploração de petróleo e gás. A questão-chave, assim, não é tanto se temos recursos suficientes mas se estes recursos vão chegar ao mercado. É aqui que reside a verdadeira insegurança. A chegada ao mercado constitui uma preocupação por várias razões: do lado económico, porque muitos destes recursos são propriedade de companhias petrolíferas nacionais que não querem ou não dispõem da tecnologia ou dos fundos necessários para proceder à exploração; do lado político, na Rússia e em países da América Latina, evidencia-se um nacionalismo crescente e estridente relativamente aos recursos; situações, como as verificadas em alguns países da Ásia Ocidental, em que sanções internacionais não permitem que companhias internacionais ali operem e, para além disso, condicionam a fluidez do petróleo e do gás para o mercado, ao que se juntam as crises de mão-de-obra em alguns lugares, lutas internas noutros, falta de infra-estruturas de extracção em outros ainda.

VELHOS E NOVOS LAÇOS ENERGÉTICOS

O reconhecimento de que a Ásia Ocidental é, e vai continuar a ser, o maior fornecedor de petróleo da Índia, a curto e médio prazo, está a conduzir a um maior envolvimento com a região. Esta parceria está a emergir através de investimentos cruzados na exploração e produção e em projectos de *downstream* no sector do petróleo e do gás, em maio-

res fluxos comerciais e em investimentos noutros sectores para além do energético, como a banca, a hotelaria, as petroquímicas, etc. O incremento dos laços comerciais bilaterais com os países do CCG é evidente, e em Janeiro de 2005 foi assinado um acordo Índia-Irão que incluía um contrato de venda de GNL com a duração de vinte e cinco anos, uma participação de 25 por cento na ONGC (Oil and Natural Gas Corporation) no campo de Yadavarn e controlo total sobre o campo de petróleo de Jufeyr. Tem havido também muitos avanços e recuos no projecto do gasoduto Irão-Paquistão-Índia. A proposta para construir um gasoduto desde o Irão via Paquistão até à Índia para ligar a jazida de gás de Pars Sul ao gasoduto HBJ na Índia foi feita pela primeira vez em 1989 pelo Dr. R. K. Pachauri, director-geral do Tata Energy Research Institute (TERI), e pelo Dr. A. S. Ardekani, que se tornou mais tarde ministro dos Negócios Estrangeiros indiano. Deverá percorrer 1100 quilómetros em linha recta no Irão e 760 quilómetros no estado do Balochistão, no Paquistão, antes de atingir a fronteira indiana no Rajastão. Espera-se que venha a ter um comprimento total de 2775 quilómetros. O gasoduto de sete biliões de dólares deverá fornecer 90 milhões de metros cúbicos/dia de gás *standard* para a Índia e 50 milhões de metros cúbicos/dia para o Paquistão. Existem vários receios em torno deste projecto, nomeadamente no plano político, económico e de segurança – como, por exemplo, alguma agitação no Balochistão, o receio de que o Paquistão possa fechar a torneira em momentos de tensões bilaterais, as altas taxas de trânsito exigidas pelo Paquistão, o facto de o preço do gás ser determinado pelo Irão e a questão das sanções dos Estados Unidos aos investimentos no Irão. Estas questões continuam a dificultar uma rápida tomada de decisão e o gasoduto tornou-se um tema recorrente na comunicação social indiana. As objecções dos Estados Unidos ao interesse da Índia em investir neste gasoduto, por este ser entendido como uma forma de o Irão obter as receitas que precisa para alimentar as suas ambições nucleares, bem como a ligação, por vezes estabelecida, de que seria importante para a Índia desistir deste compromisso no contexto do acordo nuclear Índia-Estados Unidos, tornam esta questão ainda mais complexa em termos geopolíticos. Para a Índia, as alternativas são bastante claras: o gás natural é necessário a médio prazo e o Irão é uma fonte de gás natural geograficamente próxima; a energia nuclear é importante, mas apenas a longo prazo poderá afectar a segurança energética da Índia. A Índia, muito claramente, precisa de ambos.

As companhias petrolíferas indianas estão activamente empenhadas em perseguir oportunidades de adquirir *equity oil* fora do país, na Ásia Central e no mar Cáspio, no Sudão e na África Ocidental. Tem havido uma explosão de iniciativas em África, na América Latina, na Ásia Ocidental, na Ásia Central e no Extremo Oriente da Rússia, um pouco à semelhança da China. Assim, faz sentido para a Índia arriscar mais e pelo menos tentar obter alguns dos seus recursos energéticos importados em outros países que não os do Golfo. A Rússia e outros países da Eurásia poderiam ser as escolhas ideais na medida em que também eles estão à procura de mercados estáveis e em crescimento. A Rússia tem as maiores reservas de gás do mundo e está à procura de

mercados estáveis e de novos laços comerciais energéticos que complementem e aumentem a sua tradicional dependência dos mercados da União Europeia e do Japão. O Cazaquistão tem potencial, tanto na bacia do mar Cáspio como no gigantesco campo de gás Karachaganak nos Urais. O mar Cáspio tem vindo a atrair o interesse tanto da China como da Índia pelos seus recursos de petróleo e de gás. Mas o acesso a esta região continua difícil devido às suas realidades geopolíticas, aos interesses estratégicos da Rússia em incluir esta região no seu sistema de segurança, à ausência de um regime jurídico internacional claro no que diz respeito aos direitos de propriedade sobre estes recursos e a falta de instituições bem desenvolvidas que assegurem um abastecimento de petróleo constante. Além disso, embora os novos estados independentes do Cazaquistão, Azerbaijão e Turcomenistão estejam desejosos de desenvolver os recursos e criar ligações internacionais tendo em vista a sua prosperidade, a região precisa de estabelecer rotas de acesso seguras para os mercados mundiais.

Negociar com os países da Ásia Central não é tão fácil como pode parecer. Muitos destes países ainda não recuperaram completamente dos distúrbios económicos provocados pelo desmembramento da União Soviética e enfrentam também vários conflitos internos. A desintegração da União Soviética afectou de forma adversa o seu comércio internacional. O facto de estes países não terem acesso ao mar pode tornar os custos de transporte proibitivos na ausência de acordos sobre rotas de transporte e pela instabilidade ao longo das rotas de ligação à Índia. Consequentemente, as relações comerciais energéticas com a região da Ásia Central requerem sem dúvida um posicionamento cauteloso.

Também nas estratégias diplomáticas da Índia relativas às questões energéticas é evidente um renovado e crescente envolvimento com a Ásia. Ao longo dos últimos três anos, o Governo da Índia, através do Ministério do Petróleo e do Gás Natural, organizou duas mesas-redondas para promover o diálogo e a cooperação entre os principais produtores e consumidores asiáticos sobre questões relacionadas com estabilidade, segurança e sustentabilidade na economia de hidrocarbonetos asiática. Estes diálogos sobre energia têm o propósito de ajudar a reduzir a incerteza no que diz respeito à procura e à oferta e mobilizar o investimento necessário para aumentar as provisões energéticas e merecem sem dúvida ser apoiados. A Índia participa também num diálogo trilateral com a Rússia e a China e tem o estatuto de observador na Organização de Cooperação de Xangai.

Estes velhos e novos laços energéticos começam a causar alguma preocupação em alguns quadrantes, pois pensa-se que estas relações poderão conduzir a uma maior instabilidade nestes países, minando a capacidade de os Estados Unidos e de outros países ocidentais para impor sanções e exercer pressões relativamente a questões como o desrespeito pelos direitos humanos, a proliferação nuclear, etc. Esta questão pode ser discutida em três níveis:

- Primeiro, o facto de um grande número de companhias internacionais – e isto também é válido para a Europa – manter relações comerciais com estes países há mui-

- tos anos, sendo que só agora é que estas questões estão a ser suscitadas. Portanto, esperar que a Índia e a China, de certa forma, saltem para dentro desta carruagem e comecem a tomar parte neste debate é um pouco prematuro. Não quer isto dizer que a Índia não esteja interessada em todos estes valores – sem dúvida que está. Mas precisa de algum tempo para se estabelecer e aumentar as suas hipóteses nestes países.
- Segundo, dado que muitos dos recursos de acesso fácil pertencem a companhias petrolíferas internacionais do Ocidente ou às companhias petrolíferas nacionais de países ricos em recursos como os da Ásia Ocidental e da América Latina, a Índia (tal como a China) tem necessidade de aceder aos recursos «destrancados», áreas-nicho por assim dizer, para obter a energia que precisa. Isto implica por vezes ter de procurar em algumas das regiões mais politicamente complexas do mundo.
 - Terceiro, é possível argumentar que estas novas relações poderão aumentar os interesses dos países consumidores asiáticos nestas regiões e assim ajudar a aumentar a estabilidade, mas através de vozes menos coercivas e mais persuasivas. A alternativa do isolamento é provavelmente pior e nunca foi um método muito eficaz para acabar com governos ditatoriais ou promover melhores formas de governo.

MAIOR COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

Apesar de alguns casos de rivalidade e competição entre a Índia e a China por causa de oportunidades de explorar e produzir petróleo, as companhias petrolíferas nacionais de ambos os países assinaram, em Janeiro de 2006, cinco memorandos de cooperação energética. Existe nestes países uma crescente consciencialização de que a colaboração é uma alternativa preferível a entrar em situações de potencial conflito e rivalidade. Além disso, a cooperação é vista como sendo uma boa geoestratégia a seguir, na medida em que irá aumentar a capacidade de negociação para a adjudicação de consórcios e ajudará a estabelecer outras rotas com o fim de salvaguardar a segurança energética de ambos os países. Assim, a China poderia usar a Índia para o trânsito do petróleo do Golfo para a China, e a Índia poderia contar com a China para o trânsito do gás da Eurásia para a Índia. Dito isto, as esferas das energias renováveis e da eficiência energética seriam as áreas mais interessantes para estes países no que diz respeito a uma potencial cooperação, e estas áreas ainda não foram exploradas. Presentemente estão a ser equacionadas várias iniciativas de Tipo II para levar isto a cabo. Estas contribuiriam para que as questões inter-relacionadas da segurança energética e da mudança climática fossem abordadas.

As preocupações com a segurança energética devem também constituir uma boa razão para uma maior cooperação asiática. A Índia tem-se envolvido em algumas iniciativas diplomáticas relacionadas com projectos de gasodutos: o projecto do gasoduto Irão-Paquistão-Índia (IPI), o projecto do gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão (TAP) e o gasoduto Birmânia-Bangladesh-Índia (BBI). Há um certo número de incertezas associadas a estes gasodutos: a vulnerabilidade a ataques ou a interrupções no

fluxo, economias pouco claras, risco de sanções e pressões contra o gasoduto por parte dos Estados Unidos (no caso do IPI), dificuldades em atrair financiadores para estes projectos de alto risco e a questão da fixação do preço do gás. Dito isto, os gasodutos na Ásia representam uma excelente oportunidade não só para assegurar energia para a Índia, mas também para ajudar a aumentar os interesses na região e transformar a paisagem regional da Ásia em termos de comércio e de oportunidades de paz. A massa de terra contínua constitui uma boa base para a cooperação em gás natural, no que diz respeito ao fornecimento de energia e ao desenvolvimento de redes de gás. A região exhibe ainda complementaridades: diversidade de recursos, características sazonais de oferta e procura de energia, proximidade geográfica de centros de procura e de base tecnológica industrial, e assim por diante.

Embora existam alguns exemplos de comércio energético, como com o Nepal e o Butão, há outros casos que não são tão animadores. A Índia não está a obter a cooperação necessária de vizinhos como o Bangladesh, no que diz respeito a traçar as rotas que os seus gasodutos de gás importado deverão seguir nos seus respectivos territórios. É importante reconhecer que a posição dominante da Índia – económica, geográfica, em termos de recursos e mercados assim como militarmente – leva a que seja necessário exercer uma diplomacia cautelosa com os outros países da região. Neste contexto, as ligações entre cooperação energética, política externa e comercial e histórias partilhadas não podem ser ignoradas.

CONCLUSÃO

O rápido crescimento da China e da Índia tornou a Ásia o centro das atenções para analistas da questão energética e para a comunidade estratégica. A Índia e a China são frequentemente referidas como potenciais rivais por recursos escassos e estão no entanto bem posicionadas para cooperar em várias frentes. O cenário energético global sofreu recentemente uma mudança dramática, com novos intervenientes na frente do consumo e uma instabilidade e violência consideráveis em regiões-chave como a Ásia Ocidental e a Ásia Central. A actual encruzilhada energética é uma oportunidade de alterar a forma como se processam as negociações no ramo energético. Os desafios em matéria de segurança energética obrigam os responsáveis pelas políticas nacionais a um maior compromisso com as questões de política externa e comercial. Mas os desafios transnacionais que se colocam em matéria de insegurança energética e climática requerem uma forma mais dura e radical de pensar nas questões energéticas, bem como a criação de parcerias energéticas (bilaterais e multilaterais) assentes em interesses comuns e na confiança para preservar a situação de crescimento económico que se gerou. A gestão dos riscos em matéria de segurança energética implica uma variedade de perspectivas e aproximações. Assim, a perspectiva estratégica tem vindo a defender a assinatura de acordos bilaterais e a promoção da melhoria das nossas relações, o envolvimento tanto com os fornecedores tradicionais como com os mais

recentes, e uma nova diplomacia energética que seja capaz de operar também ao nível regional e mundial; a perspectiva tecnocrática defende um maior envolvimento com o Ocidente para aumentar a nossa capacidade tecnológica com o objectivo de fortalecer as nossas capacidades domésticas (o acordo nuclear Índia-Estados Unidos é disto exemplo); a perspectiva nacionalista defende a existência de fortes companhias de petróleo nacionais, que percorram o mundo em busca de petróleo e de projectos *downstream*; a perspectiva económica ou de mercado está mais empenhada em liberalizar o mercado energético, como resposta ao aumento dos preços do petróleo, e em dar os sinais certos aos consumidores com vista a aumentar a eficiência energética e a reduzir o desperdício, bem como em defender um maior investimento internacional e doméstico na produção e na transformação de energia; e finalmente a perspectiva ambiental, que espera poder usar as preocupações com a segurança energética para trazer para a discussão a agenda das alterações climáticas, no sentido de se encetar o caminho na direcção do aumento da utilização de fontes de energia renováveis, para longe de um futuro saturado de carbono. As diferentes aproximações à segurança energética que mencionámos não devem ser vistas como mutuamente exclusivas, mas devemos reconhecer que haverá por vezes conflitos relativamente à sua implementação, na medida em que alguns grupos, para fazer prevalecer as suas ideias, poderão exercer a sua influência através de formas mais agressivas. ^{RI}

TRADUÇÃO: INÉS DUARTE SOARES

NOTAS

* Partes deste texto baseiam-se num trabalho anterior da autora que foi apresentado na Conferência TERI-KAF sobre Segurança Energética: «Contextos de Política Externa, Comercial e de Segurança», Goa, Outubro de 2006.